



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

05 06 19

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0514/2019 – CENTRAL COMPRAS

ARP nº 00514/2019
Pregão nº 0105/2019
Processo nº 84226358

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Av. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-360, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo seu Subsecretário de Estado da Assistência em Saúde, Sr. **FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade RG nº 11169617 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 076.296.147-30, residente na Rua Professor Belmiro Siqueira, nº 85, Edifício Victoria Bay, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-580, nomeado pelo Decreto nº 483-S, de 16/01/2019, publicado no DOES em 17/01/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº 0105/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa **ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ 10.586.940/0001-68)**, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO BOSCO XAVIER**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.330.482 SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 854.024.867-00, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A – Especificação dos preços;
- (b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

1.3 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

1.4 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

1.5 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Handwritten signature and initials.

1.10.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

1.10.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

1.10.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

1.10.3 - Não será concedida a revisão quando:

1.10.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de pregos, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

1.10.1 - Em caso de revisão, a alteração do prego ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

1.10 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

1.9 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

1.8 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Pregos e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

1.7.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

1.7.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

1.7 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos pregos registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

1.6.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

1.6.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

1.6.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de pregos e sua adequação ao praticado pelo mercado;

1.6 - Quando, por motivo superveniente, o prego registrado tornar-se superior ao prego praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1.10.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

1.11 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1.12 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

1.12.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

1.12.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

1.12.1.2 - Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

1.12.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

1.12.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

1.12.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

1.13 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

1.13.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

1.14 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

1.15 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

1.16 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.17 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

1.18 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 1.29 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade de Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.
- 1.28 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.
- 1.27 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 05 dias úteis.
- 1.26 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

- 1.25 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.24 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.
- 1.23 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

- 1.22 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.
- 1.21 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 1.20 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisito e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 1.19 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

VM = Valor da Multa Financeira.
 VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
 ND = Número de dias em atraso.

Onde:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1.30 - A entrega dos materiais dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

1.31 - Os materiais serão entregues em dias úteis, no horários de 08:00 às 17:00, no seguinte endereço:

9.2.1 - **CREFES** - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo, Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;

9.2.2 - **HABF** - Hospital Antônio Bezerra de Farias; Rua Castelo Branco, nº 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040;

9.2.3 - **HDRC** - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, nº 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000;

9.2.4 - **HDS** - Hospital Dório Silva; Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

9.2.5 - **HEAC** - Hospital Estadual de Atenção Clínica; Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Santana, Cariacica (ES) CEP 29152-600;

9.2.6 - **HESVV** - Hospital Estadual de Vila Velha; Avenida Anésio José Simões, 76, São Torquato, Vila Velha, CEP 29114-350;

9.2.7 - **HINSG** - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria; Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

9.2.8 - **HJSN** - Hospital João dos Santos Neves; Rua Dr. Hugo Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.2.9 - **HMSA** - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Rua Cassiano Castelo nº 307, Centro, Colatina (ES), CEP 29700-060;

9.2.10 - **HPF**: Hospital Dr. Pedro Fontes, Br 101, Rodovia do Contorno Km 9, Itanhenga, Cariacica (ES). CEP 291456-000;

9.2.11 - **HRAS** - Hospital Roberto Arnizaut Silves; Avenida Otovarino Duarte Santos, s/n, Residencial Parque Washington, São Mateus (ES), CEP 29938-900;

9.2.12 - **HSJC** - Hospital São José do Calçado; Rua Dr. José Fernandes Medina s/nº, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000;

9.2.15 - **UIJM** - Hospital de Jerônimo Monteiro; Av. Dr. José Farah, nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000;

1.32 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

1.32.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

1.32.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

1.33 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 1.39.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.
- 1.39.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;
- 1.39.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 1.39 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- (C) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.
- (b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos;
- (a) Efetuar o pagamento do prego previsto nos termos deste contrato;
- 1.38 - Compete à Contratante:
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- (d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- (c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (a) Entregar os materiais de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período de garantia;
- 1.37 - Compete à Contratada:

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 1.36 - Os produtos objeto deste Contrato terão prazo de garantia coincidente com o prazo de validade dos materiais fornecidos, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua entrega.

10 - DA VALIDADE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 1.35 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 1.34 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1.40 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) Advertência;

(b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

(d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

1.40.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

1.40.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

1.40.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

1.41 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

15 - DOS ADITAMENTOS

1.51 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

14 - DA RESCISÃO

1.50 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

1.49 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

1.48 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

1.47 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

1.46 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

1.45 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

1.44 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

1.43 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

1.42 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor de certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1.52 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

1.53 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO


1.54 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.


18 - DO FORO

1.55 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 29 de Maio de 2019.


FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS
Subsecretário de Estado da Assistência em Saúde
Contratante


JOÃO BOSCO XAVIER
Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda
Contratada

Alexsander Rangel da Silva
Representante Legal
RG: 7.218.055
CPF: 121.627.947-05

ITEM	FORNECEDOR	UNID	QUANT	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------------	------	-------	----------------------	----------------	----------------

ESPECIFICAÇÃO: CONECTOR VALVULADO SISTEMA FECHADO; PRESSAO: SEM PRESSAO; MATERIAL VALVULA: SILICONE LIVRE DE LATEX E METAL COM SUPERFICIE LISA E PLANA LIVRE DE REENTRANÇAS; ACIONAMENTO: CONTATO DIRETO SERINGAS E EQUIPOS, SEM USO DE AGULHAS; CONEXOES: LUER LOCK, LUER SLP; COMPATIBILIDADE: CITOSTATICOS, HEMODERIVADOS, LIPIDEOS; MATERIAL CORPO: POLICARBONATO; ESTERILIDADE: ESTERIL; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARRERA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. COD. 233474.

LOTE 01

1 - DESCRICAO DO OBJETO

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Pregos nº 0514/2019, celebrada entre a SESA e a empresa ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, cujos pregos estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do Pregão 0105/2019.

ANEXO "A" DA ARP 0514/2019





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

01	ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	UNID	22250	ICU MEDICAL/CONECTOR MICROCLAVE CLEAR/ 011-MC100	2,8974	64.467,15
----	--	------	-------	---	--------	-----------

LOTE 07

ESPECIFICAÇÃO: TORNEIRA 3 VIAS (THREE WAY) EM PVC, COM CONECTOR VALVULADO EM SILICONE, COM SUPERFÍCIE LISA E PLANA, LIVRE DE REENTRÂNCIAS, PARA ADMINISTRAÇÃO DE SOLUCOES ENDOVENOSAS; TRANSPARENTE, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.

ITEM	FORNECEDOR	UNID	QUANT	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	UNID	26780	ICU MEDICAL/ TORNEIRINHA COM MICROCLAVE CLEAR/ 011-MC330021	7,8245	209.540,11

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 274.007,26

2 – CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

- (a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;
- (b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;
- (c) A aquisição se dará sob a denominação genérica dos materiais, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;
- (d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;
- (e) Entrega dos materiais em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;
- (f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- (g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.
- (h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

3 - DA VALIDADE

3.1 - A validade destes produtos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

4.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em conforme Lotes acima descritos.

J
P

UNIDADE	FISCAL
CAPAAC	Patrícia Fardim Louzada
CRFES	Magali Vieira Caliman, Elenice Maria de Abreu Baptista
DSPM	Djalma de Moraes Bermond II
HABF	Aline Rodrigues Buzin
HDRC	Amanda Abelha Gomes
HDS	Zuleide Zordan Cosme Filha
HEAC	Flávio Nascimento Ottoni
HESV	Rosely Maria Zorzal Rosa

1 - FISCALIZAÇÃO: Os fiscais foram indicados por cada unidade participante pelo "Anexo I", onde também manifestaram ciência desta responsabilidade, conforme documentos em anexo. A seguir, relacionamos os nomes indicados pelas unidades:

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 30/2018

ANEXO I - A

6.1 - O pagamento se dará na forma da cláusula quinta da Ata de Registro de Pregos.

6 - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - A entrega e recebimento dos materiais se darão na forma da cláusula nona da Ata de Registro de Pregos.

5 - LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

(c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

(b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 5.1;

(a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 5.1 a 5.3;

4.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Pregos, é fixada em conforme detalhamento do objeto.

4.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

4.4 - A adesão à Ata de Registro de Pregos por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HINSG	Alexandre Frinhani Cunha
HJSN	Jennifer Schwanz Henke Schneider
HMSA	Jane Guidone Senra
HPF	Marta Inês B. Caretta
HRAS	André Luiz Canellas Bastos
HSJC	Erika Rezende Rafael
UIJM	Renan Minette de Oliveira

2 - GESTOR DO CONTRATO

a) Conforme **Portaria 358-S, de 31 de agosto de 2018**, fica designada como **GESTOR DO CONTRATO** a Central de Compras - SESA/ES.

3 - DO OBJETO: Aquisição de materiais medico hospitalares para as unidades da Rede Estadual de Saúde, mediante registro de preços por lotes, para o abastecimento por um período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

4 - DA JUSTIFICATIVA: A abertura de ata de registro de preços visa atender aos pacientes da Rede Estadual de Saúde e demais órgãos participantes, com o objetivo de manter os estoques de medicamentos e garantir os tratamentos necessários, em atendimento ao preconizado pela Portaria 358-S, de 31/08/2018, que definiu as atribuições da Central de Compras da SESA.

5 - DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO: A especificação detalhada do objeto está definida no tópico 12 deste termo, juntamente com as estimativas de quantidades.

6 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

(b) Autorizações válidas de funcionamento da empresa participante da licitação, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2814, de 29/05/98, cujo objeto deverá ser compatível com o objeto licitado, em original ou cópia reprográfica do Diário Oficial da União (DOU);

(c) Alvará Sanitário válido (ou Licença Sanitária / Licença de Funcionamento) da empresa participante da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2814 de 29/05/98;

(d) Certificado de Registro do Produto válido expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na forma da legislação específica vigente ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente:

(d.1) No caso do registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação, acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 6º, do art. 14, do Decreto Federal 79.094/77.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

(d.2) No caso de produto isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

7 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:

7.1 - Da fiscalização:

7.1.1 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Pregos, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

7.1.2 - A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado pela unidade, conforme informado no formulário Anexo I;

7.1.3 - A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

7.1.4 - A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

7.1.5 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

7.2 - Das obrigações da contratada:

7.2.1 - Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados de documentação fiscal em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

7.2.2 - O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

7.2.3 - Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e buílas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

7.2.4 - As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

7.2.5 - De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

7.2.6 - Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

7.2.7 - Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.2.8 - Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

7.3 - Das obrigações da contratante:

7.3.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

7.3.2 - Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

7.3.3 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

7.3.4 - Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

7.3.5 - Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

7.3.6 - Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

7.3.7 - Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

8 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES: As quantidades solicitadas foram obtidas por meio da pesquisa de quantitativo nº 67184, conforme documento em anexo, junto às unidades participantes, realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução CMED nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de ICMS (Convênio do CONFAZ).

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANT MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	TOTAL
01	CONECTOR VALVULADO SISTEMA FECHADO; PRESSAO: SEM PRESSAO; MATERIAL VALVULA: SILICONE LIVRE DE LATEX E METAL COM SUPERFICIE LISA E PLANA LIVRE DE REENTRÂNCIAS; ACIONAMENTO: CONTATO DIRETO SERINGAS E EQUIPOS, SEM USO DE AGULHAS; CONEXOES: LUER LOCK, LUER SLIP; COMPATIBILIDADE: CITOSTATICOS, HEMODERIVADOS, LIPIDEOS; MATERIAL CORPO: POLICARBONATO; ESTERILIDADE: ESTERIL; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCoes; LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	CREFES	0	0	22.250
		HABF	0	0	
		HDRC	750	600	
		HDS	400	300	
		HEAC	0	0	
		HESVV	5.000	500	
		HINSG	15.000	1.500	
		HJSN	0	0	
		HMSA	0	0	
		HPF	0	0	
		HRAS	100	20	
		HSJC	0	0	
		UIJM	1.000	100	

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	TOTAL
07	TORNEIRA 3 VIAS (THREE WAY) EM PVC,	CREFES	0	0	26.780

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



HABF	1.600	160	COM CONECTOR VALVULADO EM SILICONE,
HDRC	3.120	2400	COM SUPERFÍCIE LISA E PLANA, LIVRE DE
HDS	160	120	REENTRÂNCIAS, PARA ADMINISTRAÇÃO DE
HEAC	3.000	2.004	SOLUCOES
HESV	10.000	1.000	ENDOVENOSAS,
HINSG	4.700	470	TRANSPARENTE, ESTERIL, DESCARTAVEL,
HJNS	600	480	EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL,
HMSA	1.200	900	GRAU CIRURGICO. UNIDADE DE
HJJC	1.200	1.180	FORNECIMENTO: UNIDADE. Cod: 233480
UJM	200	20	